

Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

Ata da 17ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Extrema/MG, em 24/06/2016

Relação dos Membros dos Plenários – Presentes.	
Entidade	Nome
ASSEMAE	Maria das Graças Martini
	Marco Antônio dos Santos
	Hugo Marcos Piffer Leme
	Paulo Roberto S. Tinel
AAEAA de Amparo	Wilhelm Wulff Poloni
Associação dos Atrativos do Salto	José Carlos Zambone
CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar
CIESP – DR Bragança Paulista	Roberto Mario Polga
CIESP - DR Indaiatuba	Roberto Mario Polga
CIESP - DR Jundiá	Roberto Mario Polga
CIESP – DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti
CIESP- DR Limeira	Jonas Vitti
CIESP- DR Piracicaba	p/ Alexandre Luis A. Vilella
INEVAT	Francisco A. Moschini
Consórcio PCJ	Francisco C. Castro Lahóz
CODEN	Ricardo Ongaro
COPASA	Waldir Souza
DAEE	Leonildo Ednilson Urbano
	Sebastião Vainer Bosquilia
FIESP	Alexandre Luis A. Vilella
FIEMG	Laene Fonseca Vilas Boas
IEF	Raquel Junqueira Costa
IPSA	Waldemar Bóbbo
Ministério da Integração Nacional	José Luiz de Souza
Polícia Civil de Minas Gerais	Luiz Cláudio Gonçalves
P.M. de Bom Jesus dos Perdões	Eduardo Henrique Massei
P.M. de Bragança Paulista	Mariana T. Colombo
P.M. de Camanducaia	Thais Scognamiglio Campos Lourenço
P.M. de Cordeirópolis	Amarildo Antonio Zorzo
	Giovane Henrique Genezelli
P.M. de Extrema	Paulo Henrique Pereira
P.M. de Hortolândia	p/ Gabriela Segá Ponce
P.M. de Itapeva	Claudia Viveani de Moraes Andrade
	Alan Eduardo Souza Bueno
P.M. de Jaguariúna	Tarcísio Cleto Chiavegato
	Irineu Gastaldo Junior
P.M. de Jundiá	Maria das Graças Martini
P.M. de Limeira	Alquermes Valvassori
P.M. de Louveira	Verônica Sabatino Caldeyro
P.M. de Morungaba	Michele Consolmagno
P.M. de Nazaré Paulista	Michele Consolmagno
P.M. de Pedra Bela	Roseli Jesus do Amaral Leme
	Francisco dos Santos Ferreira

P.M. de Piracicaba	p/ Leonildo Ednilson Urbano
P.M. de Pedreira	Celso José Leite Filho
P.M. de Rafard	Antonio Cesar Rodrigues Moreira
P.M. de Rio Claro	p/ Waldemar Bóbbo
P.M. de Salto	p/ Francisco A. Moschini
P.M. de São Pedro	Hélio Donizete Zanatta
P.M. de Socorro	p/ Felipe Augusto Braz
P.M. de Toledo	Maria de Fátima Cerqueira Silva
P.M. de Valinhos	Clayton Roberto Machado
P.M. de Vargem	Rafael Ferreira da Silva
SAA	Sérgio Rocha Lima Diehl
SABESP	Hélio Rubens Figueiredo
	José Roberto Fumach
SEAPA	Hélio João de Farias Neto
Secretaria da Fazenda	Afonso Celso Rocha Mastrelli
Secretaria da Saúde	Luiz A. Buschinelli Carneiro
	Marcos César Prado
Secretaria de Desenvolvimento Social	Maria Aparecida Ribeiro Germek
	Rita Cássia Dalla Costa de Godoy Lima
Secretaria de Energia	Daniel Jesus de Lima
Secretaria dos Transportes	Marcello Poci Bandeira
SMA	Egberto da Fonseca Casazza
SR Campinas	Luís Fernando Amaral Binda
SR Extrema	Marcelo Ap. de Araújo
SR Limeira	Nilton Piccin
SR Rio Claro	João Primo Baraldi
SSRH	Leonildo Ednilson Urbano
UNICA	André Elia Neto
Relação dos Membros dos Plenários Com Ausência Justificada	
Entidade	Nome
4ª Cia de Polícia Ambiental	Maurício Kiyoshi Hirano
	Fábio da Nóbrega
ABCON	Jorge Carlos Amin
AEJ	Jaime Ramiro
P.M. de Atibaia	Fabiane Cabral da Costa Santiago
P.M. de Pedreira	Carlo Evandro Pollo
P.M. de Saltinho	Claudemir Francisco Torina

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de 2016, nas dependências do Portal dos Sonhos Eventos, em Extrema/MG, realizou-se a 17ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ; PCJ FEDERAL e CBH-PJ), registrando-se a participação de 145 pessoas, entre representantes dos municípios, da sociedade civil, dos usuários de recursos hídricos, dos governos dos estados de São Paulo e Minas Gerais e do governo federal,



Ata da 17ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Extrema/MG, em 24/06/2016

10 conforme “Relação dos Membros dos Plenários
Presentes” apresentada, e público em geral,
registrado em livro próprio. **1. Composição da
15 mesa dirigente:** Após a recepção aos presentes, a
mesa dirigente dos trabalhos foi composta
conforme segue: Vicente Andreu Guillo (Diretor-
presidente da Agência Nacional de Águas);
Eduardo Henrique Massei (Prefeito Municipal de
Bom Jesus dos Perdões); Amarildo Antonio Zorzo
(Prefeito Municipal de Cordeirópolis); Tarcísio
20 Cleto Chiavegato (Prefeito Municipal de
Jaguariúna); Claudia Viveani de Moraes Andrade
(Prefeita Municipal de Itapeva); Roseli Jesus do
Amaral Leme (Prefeita Municipal de Pedra Bela);
Celso José Leite Filho (Prefeito Municipal de
25 Pedreira); Antonio Cesar Rodrigues Moreira
(Prefeito Municipal de Rafard); Hélio Donizete
Zanatta (Prefeito Municipal de São Pedro);
Clayton Roberto Machado (Prefeito Municipal de
Valinhos); Rafael Ferreira da Silva (Prefeito
30 Municipal de Vargem); Marco Antonio dos Santos
(Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente
do PCJ FEDERAL); Maria de Fátima Cerqueira
(Secretária-executiva Adjunta do CBH-PJ);
Leonildo Ednilson Urbano (Secretário-executivo
35 dos Comitês PCJ); José Luis de Souza
(representante do Ministério da Integração
Nacional); Paulo Henrique Pereira (Secretário de
Meio Ambiente da Prefeitura de Extrema); Sergio
Razera (Diretor-presidente da Agência das Bacias
40 PCJ. **2. Abertura:** Dando início à reunião, o
Cerimonial convidou aos componentes da mesa
para tomarem seus lugares e a todos para ouvirem
e cantarem o Hino Nacional Brasileiro. **2.1.
50 Saudações iniciais dos membros da mesa:** O
Cerimonial cumprimentou a todos e agradeceu a
cessão do espaço. A seguir, passou a palavra ao
Prefeito Municipal de Jaguariúna, Sr. Tarcísio
Cleto que cumprimentou a todos, enfatizando o
desejo de que a presente reunião consiga refletir os
55 desejos e os anseios da região das Bacias PCJ.
Posteriormente, o cerimonial passou a palavra ao
Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente
do PCJ FEDERAL, Sr. Marco Antonio dos Santos,
que saudou a todos e manifestou sua satisfação
60 pelo trabalho realizado pelos Comitês PCJ e das
conquistas alcançadas por este colegiado. O
Cerimonial passou a palavra ao Prefeito Municipal
de Rafard, Sr. Antonio Cesár, que cumprimentou a
todos e ressaltou a importância das discussões no
âmbito dos Comitês PCJ, desejando sucesso aos
trabalhos a serem realizados na presente reunião, e
ressaltou a importância da distribuição dos
recursos financeiros das Cobranças PCJ e

FEHIDRO. Após, o Cerimonial passou a palavra
65 ao Prefeito Municipal de Bom Jesus dos Perdões,
Sr. Eduardo Henrique que agradeceu a presença de
todos e destacou a importância das discussões e
decisões tomadas pelos Comitês PCJ, face aos
desafios enfrentados pelas Bacias PCJ, na gestão
70 de recursos hídricos. Concluiu desejando uma boa
reunião a todos. Na sequência passou a palavra ao
Prefeito Municipal de Valinhos, Sr. Clayton
Machado, que cumprimentou a todos e evidenciou
a sua satisfação com o trabalho dos Comitês PCJ e
75 ressaltou o destaque a nível nacional dos trabalhos
executados para a gestão de recursos hídricos. O
Cerimonial passou a palavra para o Prefeito
Municipal de Vargem, Sr. Rafael Ferreira, que
cumprimentou a todos e agradeceu a oportunidade
80 de estar participando da presente reunião e da
orientação que os Comitês PCJ e a Agência das
Bacias PCJ, oferece aos municípios das Bacias PCJ
na gestão dos recursos hídricos. Na sequência
passou a palavra à Prefeita Municipal de Pedra
85 Bela, Sra. Roseli Leme, que agradeceu a presença
de todos e explanou sobre a importância dos
trabalhos desenvolvidos no âmbito dos Comitês
PCJ, que nortearam os encaminhamentos dos
assuntos em debate na presente reunião. O
90 Cerimonial passou a palavra à Prefeita Municipal
de Itapeva, Sra. Claudia Viviane, que
cumprimentou a todos e explanou sobre a
importância da elaboração dos planos de
saneamento que serão entregues na presente
95 reunião. Após, o Cerimonial passou a palavra ao
Prefeito Municipal de Pedreira, Sr. Eduardo
Bassan, que saudou a todos e demonstrou satisfação
nos trabalhos realizados pelos Comitês PCJ e
Agência das Bacias PCJ. A seguir, passou a
100 palavra ao Secretário de Meio Ambiente de
Extrema, Sr. Paulo Pereira, que deu boas-vindas a
todos, justificou a ausência do Sr. Luiz Carlos
Bergamin, Prefeito Municipal de Extrema. Na
sequência, passou a palavra ao Sr. José Luiz,
105 representante do Ministério da Integração
Nacional, que cumprimentou a todos e destacou a
importância das discussões da presente reunião
para as Bacias PCJ e a seriedade nos trabalhos
desenvolvidos por este colegiado, e externou sobre
110 o enfiamento do período de estiagem vivenciado
nas Bacias PCJ. O Cerimonial passou a palavra ao
Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, Sr.
Sergio Razera, que cumprimentou a todos, e
enfatizou que o diferencial dos Comitês PCJ é a
115 participação ativa dos prefeitos das Bacias PCJ,
que dá uma qualidade especial para as atividades
deste comitê. Posteriormente, o cerimonial passou



Ata da 17ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Extrema/MG, em 24/06/2016

a palavra a Secretária-executiva Adjunta do CBH-PJ, Sr. Fatima Cerqueira, que saudou a todos, demonstrou satisfação pelo trabalho desenvolvido na região, pelos Comitês PCJ, e ressaltou que a porção mineira das Bacias PCJ não está medindo esforços para contribuir com a gestão de recursos hídricos nas Bacias PCJ. Após, o Cerimonial passou a palavra para o Diretor-presidente da Agência Nacional de Água, Vicente Andreu, que saudou a todos, discorreu sobre a temática água e suas perspectivas para os trabalhos de curto e longo prazos. Ressaltou que para o Sistema Cantareira, todos os órgãos envolvidos devem colocar acima de tudo a solidariedade hídrica, explicando as tratativas e os trabalhos desenvolvidos sobre a renovação da outorga até a presente data, e garantiu que a Agência Nacional de Águas está comprometida para que o processo seja o mais democrático e transparente possível e exemplo de modelo de gestão de nível nacional. Posteriormente, o Cerimonial passou a palavra ao Secretário-executivo dos Comitês PCJ, Sr. Leo Urbano, que deu início aos trabalhos nominando as entidades representadas na reunião, confirmando a existência de quórum nos três comitês. Na sequência, o Sr. Leo Urbano, justificou a ausência dos Srs. Gabriel Ferrato dos Santos (Prefeito Municipal de Piracicaba, Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL) e Jefferson Benedito Rennó (Prefeito Municipal de Sapucaí Mirim, Presidente do CBH-PJ e 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL), e com a autorização do Sr. Marco Antonio dos Santos (Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL), deu prosseguimento à reunião. **3. Informes: 3.1. da Secretaria Executiva (SE):** Sr. Leo Urbano iniciou informando que, através do Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PAP-PCJ), para o exercício 2013-2016 (PAP-PCJ 2013-2016), consta dentre outras, a ação de firmar parcerias com instituições de ensino, visando oferecer anualmente, aos membros das Câmaras Técnicas (CTs), vagas em cursos de especialização "Lato Sensu". A partir de março de 2016 a Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba (FUMEP) oferecerá nova turma do curso de Pós-Graduação Lato Sensu de "Especialização em Gerenciamento de Recursos Hídricos", e que foi realizada consulta junto às Coordenações das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ (CTs), do interesse em terem membros cursando essa pós-graduação, sendo indicados representantes da CT-AS; CT-EA; CT-ID; CT-PB; CT-OL; CT-Rural; CT-RN; CT-SA e

CT-SAM. O Sr. Leo Urbano cientificou aos plenários que conforme deliberado na 63ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), dos Comitês PCJ, realizada em 04/03/2016, no município de Atibaia/SP, a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE-PCJ), encaminhou ao Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), a solicitação da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) dos Comitês PCJ, protocolada em 11 de janeiro de 2016, na SE-PCJ, intitulado "Proposta de Revisão da Portaria DAEE nº 761", de 09 de março de 2015 (reti-ratificada 29-07-2015) com reflexo nas Resoluções Conjuntas ANA/DAEE nº 50/2015 e 699/2014; e Portaria DAEE nº 1029/2014, onde através do Ofício BMT nº 299/2016, de 28/03/16, o DAEE, agradeceu a contribuição prestada pela CT - Rural e que realizará a análise solicitada e, no que couber, verificarão, junto às demais instâncias do DAEE e com a Agência Nacional de Águas (ANA), as possibilidades de aproveitamento das propostas apresentadas. O Sr. Leo Urbano informou que foi encaminhado, via e-mail, a todos os membros dos Comitês PCJ, os 12 episódios do programa "O SABER DAS ÁGUAS", onde durante 15 meses, a Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA), dos Comitês PCJ, e a Aventuras Produções realizaram a produção destes programas chamados educacionais, pois foram realizados de forma participativa. O Sr. Leo Urbano parabenizou em nome da Diretoria dos Comitês PCJ, a CT-EA pelo trabalho realizado. O Sr. Leo Urbano informou que no dia 04/05/16 foi realizada reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, onde entre os itens de pauta destacou-se: revisão dos Programas de Duração Continuada – PDC para fins da aplicação dos instrumentos previstos na Política Estadual de Recursos Hídricos, onde posteriormente a SE-PCJ, a Agência das Bacias PCJ e a Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ, discutiram e encaminharam proposta para os PDCs. O Sr. Leo Urbano informou que por meio do Ofício Comitês PCJ nº 114/2016, de 11/04/16, a SE-PCJ atualizou e formalizou a indicação dos membros do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari – CBH-PJ no Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), aprovada por unanimidade em reunião dos membros do CBH-PJ, realizada no dia 29/03/16, no Auditório do IEF, em Camanducaia/MG, sendo os indicados: José Carlos Zambone (Titular) - Associação dos Atrativos do Salto; José Maria do



Ata da 17ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Extrema/MG, em 24/06/2016

Couto (1º Suplente) - Sindicato de Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia, Extrema e Itapeva – SINMEC; Ana Maria Heleno de Oliveira (2º Suplente) - Sindicato Rural de Extrema. O Sr. Leo Urbano informou que entre os dias 03 a 08 de julho de 2016, será realizado, em Salvador/BA, o XVIII ENCOB – Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas. O evento é uma realização do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas com o apoio na organização da REBOB (Rede Brasil de Organismos de Bacia). A Agência das Bacias PCJ e a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ custearão as participações das Coordenações das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, membros da Câmara Técnica de Planejamento, representantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Agência das Bacias PCJ, e representantes dos Comitês PCJ no Fórum Nacional de Comitês de Bacias e Presidência dos Comitês PCJ. Na ocasião será apresentado um trabalho de “Experiência Exitosa” pela Câmara Técnica de Saúde Ambiental e dois trabalhos pela Câmara Técnica Saneamento. O Sr. Leo Urbano informou ao plenário que em razão da inexistência de pautas significativas, não será realizada a 65ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), agendada para o dia 1º/07/16. O Sr. Leo Urbano informou que no dia 21/06/16 foi realizada a reunião sobre planos municipais de saneamento básico, do Estado de São Paulo, onde a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH), por intermédio da Coordenadoria de Saneamento, estruturou uma forma de apoiar os municípios do Estado de São Paulo que ainda não dispõe de todos os elementos para elaborar os respectivos Planos Municipais de Saneamento, exigidos por legislação federal como premissa para solicitação de recursos à União para o setor de saneamento. Porém face às restrições orçamentárias da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH), para elaboração desses planos, a alternativa possível seria a utilização de recursos do FEHIDRO. Ressaltou que para as Bacias PCJ, a Agência PCJ, contratou os respectivos planos para os municípios da bacia, que ainda não tinham os mesmos elaborados, os quais serão entregues na presente reunião, porém na planilha apresentada pela SSRH, constava que 9 municípios da Bacia PCJ havia elaborado os devidos planos, e constavam com pendência financeira para elaboração, sendo necessário a utilização dos recursos FEHIDRO, para desenvolvimento dos planos. Mediante ao

280 exposto, o Sr. Leo Urbano informou que a SE-PCJ argumento junto a SSRH que a Agência das Bacias PCJ já aplicou cerca de dois milhões e duzentos mil reais, do Plano Plurianual (PAP PCJ 2013-2016) na elaboração dos planos de saneamento para os municípios das Bacias PCJ, não sendo equitativo a retirada da parcela dos recursos financeiros do FEHIDRO das Bacias PCJ, para ser aplicado em outra bacia hidrográfica, uma vez que houve a elaboração dos planos para atender as exigências por legislação federal. Porém, após as discussões foi aprovado na referida reunião que seria utilizado os recursos de eventuais empreendimentos cancelados e sobras financeiras de contratos concluídos, sendo o mesmo aplicado nos anos de 2016 e 2017 para a elaboração dos planos nas bacias hidrográficas do Estado de São Paulo, tendo como consequência um déficit nos recursos FEHIDRO destinados as Bacias PCJ nos anos de 2017 e 2018. **3.2. da Agência das Bacias PCJ:** A Sr. Leo Urbano passou a palavra ao Sr. Sérgio Razera, Diretor-Presidente da Agência das Bacias PCJ, o qual informou que esteve participando, juntamente com Marco Antonio dos Santos (Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL) e Paulo Tinel (Presidente do Conselho Deliberativo da Fundação e representante da ASSEMAE), na cidade de Mérida, no México, para a 10ª Assembleia Geral da Rede Internacional de Organismos de Bacias realizada, entre os dias 1º e 4 de junho, participando de debates e exposições sobre temas relacionados aos recursos hídricos. O Sr. Sérgio informou aos plenários que no dia 28 de abril de 2016, foi emitida a Ordem de Serviço para a empresa da Serra Reflorestamento Ltda, para início das atividades pertinentes a “Prestação de Serviços em Assessoria Técnica, denominado Unidade Coordenadora de Execução – UCE/Jaguariúna, para apoio, suporte técnico e acompanhamento das ações do Programa Bacias-Jaguariúna, com a finalidade de viabilizar a fase de implementação de atividades para a conservação e recuperação de mananciais do referido programa. O Sr. Sergio informou que foi concluído o processo licitatório para revisão e atualização do Plano da Bacia, que será executado pelo consórcio formado pelas empresas Profill Engenharia e Ambiente Ltda. e Rhama Consultoria Ambiental Ltda., ambas de Porto Alegre (RS). O Sr. Sergio informou que foi emitida em 08/06/2016 a ordem de serviço para início das atividades pertinentes à “Contratação de Serviços de Fornecimento de Licenças de Software de Sistema de Informações Geográficas (GIS –



Ata da 17ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Extrema/MG, em 24/06/2016

- GEOGRAPHIC INFORMATION SYSTEM), de
335 Serviços de Suporte Especializado para
Capacitação, Instalação e Configuração da
Plataforma Tecnológica, visando a Organização e
o Levantamento de Unidades de Irrigação e
Serviços Ambientais – LUISA – Fase I. O Sr.
340 Sergio cientificou aos plenários que foi assinado
em 17/06/2016, com a empresa Renove
Consultoria e Engenharia LTDA. – EPP, a
prestação de serviço, de georreferenciamento para
compilação, mapeamento, levantamento e
345 cadastramento de imóveis rurais – portal PCJ
Mineiro, nos municípios de Camanducaia,
Extrema, Itapeva, Toledo e Sapucaí Mirim, do
Estado de Minas Gerais – (CAR 3). Após, o Sr.
Sergio passou a palavra a Sra. Patrícia Gobet de
350 Aguiar Barufaldi, Diretora-técnica da Agência das
Bacias PCJ, que apresentou as ações que vem
sendo desenvolvidas na porção mineira das bacias
PCJ, com recursos da cobrança federal pelo uso
dos recursos hídricos, do Plano de Aplicação
355 Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios
Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ para o
exercício 2013-2016, de ações demanda
espontânea e ações de apoio. A Sra. Patricia
Barufaldi informou que os investimentos na Bacia
360 dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ) são da
ordem de R\$ 10.489.299,32 (dez milhões,
quatrocentos e oitenta e nove mil, duzentos e
noventa e nove reais e trinta e dois centavos), com
aplicação no horizonte de 04 anos, sendo que todas
365 as ações elencadas foram discutidas e acordadas
com os membros do CBH-PJ nas reuniões
realizadas mensalmente junto aos membros da
porção mineira das Bacias PCJ. Na sequência a
Sra. Patricia Barufaldi detalhou todas as ações: a)
370 CAR II: Processamento digital de imagens e
confecção de base de dados vetorial
georreferenciada na área do PCJ mineiro para o
diagnóstico ambiental das propriedades na área do
Comitê PJ, com o valor de R\$ 71.500,00 (setenta e
375 um mil e quinhentos reais), com a situação
concluída. b) CAR III: Serviços de
georreferenciamento visando levantamento,
compilação e mapeamento de imóveis rurais para
cadastramento de informações em banco de dados
380 específico, Portal PCJ Mineiro, com elaboração de
Cadastro Ambiental Rural (CAR), com o valor
estimado de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil
reais), com conclusão do processo licitatório e em
execução. c) CAR IV: Construção de Portal e
385 apoio aos proprietários rurais no cadastro das
informações – Módulo PSA, com o valor estimado
de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), na fase de
finalização da elaboração do termo de referência.
d) Reforma do viveiro regional de mudas –
390 Camanducaia/MG: com o valor estimado de R\$
25.000,00 (vinte e cinco mil reais), na fase de
Republicação do Edital para contratação. e) Projeto
de Recuperação Florestal: com valor estimado de
395 R\$ 133.391,50 (cento e trinta e três mil, trezentos
e noventa e um reais e cinquenta centavos), na fase
de adequação do termo de referência. f) Projeto
básico de Macro drenagem Córrego Divinéia/
Olaria – Itapeva/MG: com o valor estimado de R\$
400 520.360,00 (quinhentos e vinte mil, trezentos e
sessenta reais), na fase de adequação do termo de
referência. g) Plano Diretor de Macro drenagem do
município de Camanducaia/MG (ETAPA II): com
valor estimado de R\$ 250.000,00 (duzentos e
405 cinquenta mil reais), na fase de elaboração do
termo de referência. h) Gerenciadora PJ: com valor
estimado de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais),
em execução. i) Plano diretor de combate às perdas
hídricas em sistemas de abastecimento público de
410 água: com valor de R\$ 581.039,00 (quinhentos e
oitenta e um mil e trinta e nove reais), com a
situação concluída, sendo entregues na presente
reunião. j) Plano Municipal de Saneamento Básico
e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: com valor
415 estimado de R\$ 204.607,64 (duzentos e quatro mil,
seiscentos e sete reais e sessenta e quatro
centavos), com a situação concluída, sendo
entregues na ocasião da realização da 14ª Reunião
Extraordinária dos Comitês PCJ. k) CAR I:
420 Aquisição de imagens de satélite de alta resolução
espacial para construção e confecção de base de
dados vetorial georreferenciada para o diagnóstico
ambiental de propriedades, na área do PCJ
Mineiro, com o valor de R\$ 55.653,19 (cinquenta e
425 cinco mil, seiscentos e cinquenta e três reais e
dezenove centavos), com a situação concluída. l)
Planos Municipais de Recursos Hídricos: com o
valor de R\$ 385.000,00 (trezentos e oitenta e cinco
mil reais), com a situação concluída. **3.3. dos**
Membros do Plenário: Na sequência o Sr. Leo
430 Urbano passou a palavra ao Sr. Paulo Henrique
Pereira, representante da PM de Extrema, que
cientificou aos plenários que entre os dias 15 e
17/06/2016, esteve participando da 3ª Bial
Fundos de Água, em Bogotá, na Colômbia, cujo o
435 objetivo foi de promover um debate aprofundado
sobre a sustentabilidade das bacias hidrográficas e
os recursos hídricos para o futuro. Após, o Sr. Leo
Urbano passou a palavra para o Sr. Francisco
Moschini, representante do INEVAT, que
440 informou que a Prefeitura Municipal da Estância
Turística de Salto, inaugurará no dia 25 de junho, a



Ata da 17ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Extrema/MG, em 24/06/2016

obra de ampliação da ETA (Estação de Tratamento de Água) do Bela Vista, iniciada em dezembro de 2014, a obra garantiu a construção do novo módulo com decantador, filtro e floculador, aumentando em 50% a capacidade de tratamento de água do local, passando de 300 litros por segundo para 450 litros por segundo. A cerimônia oficial acontece a partir das 19h na Rua João XXIII, nº 25, Parque Bela Vista e convidou a todos, para participar. Posteriormente, o Sr. Leo Urbano passou a palavra para o Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio PCJ, que informou que o Consórcio PCJ realizou no último dia 16 de junho a visita técnica em dois dos quatro reservatórios que integram o Sistema Cantareira, o do Atibainha, em Nazaré Paulista (SP), e Cachoeira, em Piracaia (SP), para avaliação preliminar, levantamento de informações para a possível realização de obras de retificação dos canais localizados a jusante dos descarregadores de fundo dos reservatórios, permitindo, assim, mais eficiência nas liberações de água para as Bacias PCJ. Na sequência, passou a palavra ao Sr. Waldemar Bóbbo, representante da P.M. de Rio Claro e do IPSA, que informou que a Prefeitura de Rio Claro entregará as obras civis e o início dos testes operacionais da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Jardim Novo, na data de 29/06/2016, alcançando a universalização dos serviços de esgotamento sanitário. A ETE Jardim Novo é um dos investimentos previstos no Programa de Despoluição do Córrego da Servidão. Um trabalho que consistiu na implantação de 21 km de redes coletoras, coletor tronco e emissários, e na construção da nova estação que coloca Rio Claro em referência em tratamento de esgoto. Na sequência, o Sr. Leo Urbano informou que foi contratado pela Agência das Bacias PCJ, as empresas B&B Engenharia, responsáveis pelos lotes 1, 2 e 3 e NS Engenharia, responsáveis pelo lote 4, para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e Planos Municipais de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, dos municípios de Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Camanducaia, Elias Fausto, Extrema, Itapeva, Itatiba, Jaguariúna, Jarinu, Joanópolis, Louveira, Morungaba, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Rafard, Toledo, Tuiuti, Valinhos, Vargem, Charqueada; Ipeúna; Pinhalzinho; Saltinho; Sapucaí Mirim. Diante do exposto, e com a conclusão dos planos mencionados, o Cerimonial convidou os representantes dos municípios para receberem os relatórios finais de seus respectivos Planos, contendo os diagnósticos, os prognósticos,

as metas, as ações e o relatório síntese dos estudos, com as atividades a serem implantadas. **4. Assuntos a deliberar: 4.1. Ata da reunião realizada no dia 04/12/2015, nas dependências da FUMEP, no município de Piracicaba/SP:** O Sr. Leo Urbano explicou tratar-se da minuta da ata da última reunião plenária, ocorrida no município de Piracicaba/SP, e questionou sobre a necessidade de leitura da ata. Dispensada a leitura, foi aberta a palavra para discussão e, não havendo manifestação, colocou a minuta da ata em votação, sendo aprovada por unanimidade e sem alterações. **4.2. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 249/16, de 24/06/2015: “Referenda Atos dos Presidentes dos Comitês PCJ”:** O Sr. Leo Urbano lembrou que as deliberações *ad referendum* são discutidas e aprovadas em reuniões da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), em virtude da necessidade de atendimento das demandas mais urgentes dos Comitês PCJ, devendo as mesmas serem referendadas pelos Plenários dos Comitês PCJ. O Sr. Leo Urbano passou a palavra para a Sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, Diretora-Técnica da Agência das Bacias, que detalhou a *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 246/16, de 29/03/2016, informando que foi indicado na Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 181/2013, de 07/10/2013, para recebimento de recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União - Cobrança PCJ Federal, no montante de R\$ 2.459.984,61 de repasse e R\$ 539.996,62 de contrapartida (data base-2013), o empreendimento “Ação de Combate a Perdas - Etapa IV - Implantação do Projeto de Setorização com Substituição de Redes de Distribuição na Área Sul no Município de Rio Claro”, cujo tomador é o Departamento de Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro. Informou que a Deliberação dos Comitês nº 128/2011, de 23/09/11, estabeleceu os prazos dos contratos financiados com recursos da Cobrança Federal, e o Contrato de Transferência nº 0432.890-02/2014/PCJ/CAIXA, datado de 21/02/14, definiu a data limite para início efetivo da execução de obras e/ou serviços de 270 dias corridos contados a partir da sua assinatura, ou seja, 18/11/2014, e que o não cumprimento desse prazo acarreta em rescisão contratual. Diante do exposto explicou que a CEF (GIGOV Piracicaba) autorizou o início das obras, conforme Parecer Técnico de Engenharia, datado de 17/03/2015, e que o empreendimento em questão ainda não foi iniciado, não sendo até o momento emitida a ordem de serviço. Que em 09/11/2015 a CEF



Ata da 17ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Extrema/MG, em 24/06/2016

- 550 (GIGOV Piracicaba) encaminhou Ofício DAAE 0298/2015, datado de 04/10/2015, à Agência das Bacias PCJ solicitando prazo de 3 meses para o início das obras. Em 22/02/2016, passados os três meses solicitados, a Agência das Bacias PCJ
- 555 encaminha Ofício Agência das Bacias PCJ nº 040/2016, ao DAAE Rio Claro e a CEF informando manifestação não favorável ao pleito, uma vez que a situação permaneceu a mesma. Em 22/02/2016, a CEF (GIGOV Piracicaba)
- 560 encaminhou à Agência das Bacias PCJ novo Ofício DAAE 033-A/2015, datado de 18/01/2016, solicitando o prazo de seis meses a partir da data de vigência para o início das obras e apresentação da primeira medição. O prazo de execução total
- 565 deste empreendimento era até 21/02/2016, conforme cláusula décima quinta do contrato de transferência, e esta solicitação de aditamento de prazo foi efetuada após a sua expiração. Em 24/02/2016, a Agência das Bacias PCJ reitera os
- 570 termos do Ofício Agência das Bacias PCJ nº 040/2016. Após os esclarecimentos, a Sra. Patrícia informou que a proposta foi de que o empreendimento fosse cancelado e os recursos financeiros correspondentes ao empreendimento
- 575 acima referido sejam transferidos acrescidos ao orçamento de 2016, para distribuição pelos Comitês PCJ, como demanda espontânea. Após, a Sra. Patrícia detalhou a ad referendum dos Comitês PCJ nº 247/16, de 29/03/2016, cientificou ao
- 580 Plenário que nos termos da Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 225/2015, de 30/04/2015, para recebimento de recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União - Cobrança PCJ Federal, no
- 585 montante de R\$3.735.903,28 de repasse e R\$820.076,33 de contrapartida (data base-2015), o empreendimento “Ação do Combate às Perdas - Etapa VI - Recuperação Estrutural e Impermeabilização dos Reservatórios de Concreto
- 590 Armado na ETA I - José Maria Pedroso, do Município De Rio Claro” cujo tomador é o Departamento de Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro. Cientificou aos plenários a existência de pendência de titularidade de área, conforme
- 595 análise técnica da Caixa Econômica Federal - CEF (Gigov Piracicaba), e que o DAAE Rio Claro se encontra inadimplente quanto à quitação das parcelas referentes às Cobranças PCJ, o que impossibilita a assinatura de contrato de repasse, e
- 600 que a Deliberação dos Comitês nº 128/2011, de 23/09/11, estabelece prazo para assinatura dos contratos financiados com recursos da Cobrança PCJ Federal e a data limite para assinatura do
- 605 contrato do referido empreendimento era 12/09/2015. Diante do exposto, informou que a proposta foi de que o empreendimento fosse cancelado e os recursos financeiros correspondentes ao empreendimento acima referido fossem transferidos e acrescidos ao
- 610 orçamento de 2016, para distribuição pelos Comitês PCJ, como demanda espontânea. Na sequência a Sra. Patricia Barufaldi explanou sobre a Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 248/2016, de 01/06/2016, que indicou
- 615 empreendimentos para financiamento com recursos oriundos das cobranças pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ – Cobranças PCJ e do FEHIDRO, referentes ao
- 620 exercício de 2016. Lembrou que, nos termos da Deliberação dos Comitês PCJ 242/15, de 04/12/2015, e seus Anexos I a V, que definiram o cronograma de atividades e as ações passíveis de obtenção de financiamento com recursos do
- 625 FEHIDRO e das Cobranças PCJ, os empreendimentos inscritos para seleção e indicação, em 2016, e que apresentassem todos os documentos exigidos naquela deliberação, conforme atestado emitido pela Agência das
- 630 Bacias PCJ, seriam indicados por meio de deliberação *ad referendum* dos presidentes dos Comitês PCJ, de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros do exercício de 2016, conforme ordem cronológica de protocolo. Diante
- 635 do exposto, a Sra. Patricia Barufaldi relatou sobre a ampla divulgação do processo de inscrição e que foi mantido, pela equipe da Fundação Agência das Bacias PCJ, plantões para esclarecimentos de dúvidas sobre as condições de acesso aos
- 640 documentos e preenchimento dos mesmos. A mesma informou que dos 52 pedidos de recursos financeiros aos Comitês PCJ, inscritos para o processo de pré-qualificação visando à obtenção de recursos do FEHIDRO e das Cobranças PCJ, 15
- 645 foram indeferidos, não se enquadrando nos critérios de seleção de projetos estabelecidos na Deliberação dos Comitês PCJ nº 242/15, ou como beneficiários do FEHIDRO e das Cobranças PCJ, restando 37 que foram pré-qualificados e puderam
- 650 dar andamento no processo de inscrição, com os ajustes solicitados pelas câmaras técnicas; que dos 37 empreendimentos pré-qualificados, após as complementações solicitadas pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ/Agência das Bacias
- 655 PCJ, câmaras técnicas dos Comitês PCJ, agentes técnicos e órgãos licenciadores, 29 empreendimentos se inscreveram para o processo



Ata da 17ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Extrema/MG, em 24/06/2016

definitivo de seleção, sendo que foram indeferidos
03 empreendimentos, por não apresentar toda
660 documentação exigida. Os demais 29
empreendimentos pré-qualificados apresentaram
toda documentação exigida, tendo condições de
serem indicados para recebimento de recursos das
Cobranças PCJ e FEHIDRO, referentes ao
665 exercício de 2016 e encontram-se perfeitamente
enquadrados no Plano Estadual de Recursos
Hídricos 2004-2007 e no Plano das Bacias PCJ
2010-2020, vigentes, incluídos nas propostas de
ações previstas nos respectivos Programas de
670 Duração Continuada - PDC, porém apenas 21
empreendimentos poderão ser indicados pelos
Comitês PCJ de acordo com a disponibilidade de
recursos financeiros das Cobranças PCJ e
FEHIDRO. Na sequência a Sra. Patrícia apresentou
675 os recursos financeiros disponíveis aos Comitês
PCJ, exercício 2016, para as contratações de
empreendimentos, por meio do FEHIDRO e das
Cobranças PCJ e os empreendimentos indicados
para contratação com recursos do FEHIDRO, da
680 cobrança pelo uso dos recursos hídricos de
domínio da União e de domínio do Estado de São
Paulo, bem como apresentou a relação de
suplentes. Informou que em relação às indicações
dos empreendimentos suplentes constantes da
685 deliberação em questão, estas deverão ser feitas
por meio de Deliberação ad referendum específica
dos Comitês PCJ, na ordem cronológica definida
pelo respectivo anexo, caso haja saldo de contratos
das Cobranças PCJ e FEHIDRO ainda em 2016.
690 Posteriormente aos esclarecimentos, o Sr. Leo
Urbano abriu a palavra para manifestações dos
membros do plenário e, não havendo, colocou a
Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 249/16
que “Referenda Atos dos Presidentes dos Comitês
695 PCJ” em votação, sendo a mesma aprovada por
unanimidade. **4.3. Minuta de Deliberação dos
Comitês PCJ nº 250/16, de 24/06/2016, que
“Aprova Parecer Técnico do GT-
Empreendimentos sobre o empreendimento
700 “Modernização da Refinaria de Paulínia –
REPLAN/PETROBRÁS”, referente aos termos
da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ
nº058/06, de 12/12/2006”:** O Sr. Leo Urbano
lembrou que nos termos da Deliberação Conjunta
dos Comitês PCJ nº 058/06, de 12 de dezembro de
2006, foi aprovado o Parecer Técnico GT-
Empreendimentos nº 03/2006, de 11 de novembro
de 2006, que tratava da análise do empreendimento
e manifestação dos Comitês quanto a
710 Modernização da Refinaria de Paulínia - REPLAN/
PETROBRÁS, sendo que o Departamento de

Avaliação de Impactos Ambientais - DAIA emitiu,
em 14/01/2008, a Licença Ambiental Prévia (LP)
nº 1210 para o empreendimento (Processo SMA
715 13.548/2006), condicionando a emissão da Licença
de Instalação (LI) ao atendimento às disposições
presentes no referido parecer técnico. E que em 24
de agosto de 2010, o GT-Empreendimentos emitiu
o Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº
720 09/2010, considerando como concluídas as ações
2, 3, 4, 5, 6, 9 e 10, e sugeriu como condicionante
para a renovação da outorga de uso de recursos
hídricos, em 2015, a comprovação da efetiva
realização das ações 1, 7, 8 e 11 constantes do
725 Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 03/2006,
de 11 de novembro de 2006. Na ocasião da 62ª
Reunião Ordinária da CT-PL, realizada no Clube
da Terceira Idade - Holambra/SP, em 06/11/2015,
foi apresentada a Carta REPLAN/SMS/MA-176-
730 15, de 05 de novembro de 2015, solicitando dos
Comitês PCJ a comprovação de cumprimento das
ações 1, 7 e 8 do Parecer Técnico do GT-
Empreendimentos nº 09/2010, onde deliberou-se
por encaminhar a Manifestação da REPLAN
735 referente aos termos da Deliberação Conjunta dos
Comitês PCJ nº058/06, de 12/12/2006, que
“Aprova Parecer Técnico sobre o empreendimento
“Modernização da Refinaria de Paulínia -
REPLAN/ PETROBRÁS””, para análise e
740 manifestação GT-Empreendimentos. O GT-
Empreendimentos, reunido na sede da Agência de
Águas PCJ, em Piracicaba, nos dias 09/12/15
analisou os documentos apresentados pela
REPLAN/PETROBRÁS, e emitiu Parecer Técnico
745 GT-Empreendimentos nº 08/2015. No dia 22 de
janeiro de 2016, a REPLAN/PETROBRÁS
protocolou recurso junto a Secretaria Executiva
dos Comitês PCJ, referentes ao Parecer Técnico
GT-Empreendimentos nº 08/2015. O GT-
750 Empreendimentos reunido em Piracicaba no dia
19/02/16, analisou os documentos do recurso, reti-
ratificando as considerações e manifestações da
análise que segue no Parecer Técnico GT-
Empreendimentos nº 08/2015. A Câmara Técnica
755 de Planejamento (CT-PL), reunida em Atibaia/SP,
no dia 04/03/16, apreciou e aprovou o Parecer
Técnico GT-Empreendimentos nº 08/2015, de
09/12/2015, reti-ratificado em 19/02/2016, sobre o
empreendimento “Modernização da Refinaria de
760 Paulínia – REPLAN/ PETROBRÁS”. Diante do
exposto, a Sr. Leo Urbano apresentou os termos do
Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 08/2015
de 09/12/2015, reti-ratificado em 19/02/2016 e a
minuta de deliberação que aprova o parecer. Após
765 a explanação, a Sr. Leo Urbano abriu a palavra aos



Ata da 17ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Extrema/MG, em 24/06/2016

membros, não havendo manifestações, colocou a proposta de Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ que aprova Parecer Técnico do GT-Empreendimentos sobre o empreendimento

770 “Modernização da Refinaria de Paulínia - REPLAN/PETROBRÁS”, referente aos termos da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº058/06, de 12/12/2006 e o Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 08/2015 de 09/12/2015, reti-

775 ratificado em 19/02/2016, em votação, as quais foram aprovadas por unanimidade. **4.4. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 251/16, de 24/06/2016, que “Elege e empossa novo Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ e dá outras providências”:** O Sr. Leo Urbano explanou sobre a manifestação, por meio de correspondência, da Sra. Caroline Túbero Bacchin, solicitando desligamento do cargo de Secretária-executiva Adjunta do CBH-PCJ, em virtude de

780 licença maternidade. O Sr. Leo Urbano lembrou da dedicação e o esforço e registrou seus votos de felicitações nesta nova etapa de sua vida. Os membros do plenário também se manifestaram agradecendo e reiterando manifestação de

785 felicitações. Após, o Sr. Leo Urbano informou da necessidade de preenchimento do cargo, ressaltando que na data de 26/04/2016, foi realizada consulta, via e-mail, aos membros de órgãos de governo estadual paulista dos Comitês

790 PCJ, quanto ao interesse em ocupar tal posição na Diretoria do CBH-PCJ, sendo recebida a manifestação, por meio de Ofício nº SUP/0556/2016, datado de 13/04/2016, do Departamento de Águas e Energia Elétrica

795 (DAEE), indicando o seu novo representante titular e a proposta de indicação do Sr. Sebastião Vainer Bosquilia, representante Titular DAEE nos plenários, para o cargo de Secretário-executivo Adjunto no CBH-PCJ. Na sequência, o Sr. Leo

800 Urbano informou que a eleição e posse do novo Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ obedece aos termos dos § 1º do Art. 9º e do § 2º do Art. 13 do Estatuto do CBH-PCJ, aprovado por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 155/12, de 14/12/2012. Após as explanações, o Sr. Leo

810 Urbano abriu a palavra aos plenários e, não havendo manifestações, a minuta de deliberação com a indicação, eleição e posse da Sr. Sebastião Vainer Bosquilia para Secretário-executivo

815 Adjunta do CBH-PCJ foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. Na sequência, O Sr. Marco Antonio dos Santos (Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL) declarou ao Sr. Sebastião Vainer Bosquilia,

820 representante titular do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE), empossado ao cargo de Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ. **4.5. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº252/15, de 24/06/2016, que “Aprova manifestação sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira, em 2016, e dá outras providências”:** O Sr. Leo Urbano lembrou que durante a 45ª Reunião Extraordinária da CT-PL, realizada no dia

830 16/06/2015, no município de Piracicaba/SP, foi constituído o Grupo Técnico Renovação da Outorga do Sistema Cantareira (GT-Renovação), para discutir as questões acerca da renovação da outorga do Sistema Cantareira, constituído pelas

835 entidades: Consórcio PCJ, ASSEMAE, Sindicato Rural de Rio Claro, FIESP, CETESB, DAEE, IEF, IGAM, PM de Extrema, PM de Jundiá, SE-PCJ e como convidados: GAEMA, Ministério Público Federal e Agência das Bacias PCJ, que trabalharam para consolidação das propostas apresentadas no âmbito dos Comitês PCJ, resultando na

840 manifestação sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira, em 2015, dos Comitês PCJ, através de sua Deliberação dos Comitês PCJ nº 234/15, de 12/08/2015. Diante do exposto, ressaltou que em decorrência da estiagem registrada nos anos de 2013 e 2014, foram estabelecidas regras operativas substitutas à Portaria DAEE nº 1213/04 e que a atual outorga de

845 direito do uso das águas dos reservatórios que compõem o Sistema Cantareira venceria em agosto de 2014, mas sua vigência foi prorrogada até 31 de maio de 2017, por meio da Resolução Conjunta ANA-DAEE nº 910, de 07 de julho de 2014. Na data de 28/3/2016 a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE) divulgaram o novo cronograma do processo de renovação da outorga do Sistema Cantareira, dividido em nove etapas que terminam em 31 de maio de 2017, com a publicação definitiva da nova outorga. Em 08 de abril de 2016, foi encaminhado aos Comitês PCJ, Ofício Conjunto nº 2/2016/AA-ANA/DAEE, informando que até o dia 30 de abril de 2016, seria disponibilizado o documento "Dados de Referência Acerca da Outorga do Sistema Cantareira" atualizado até dezembro de 2015, adicionado de seus anexos, como cumprimento da primeira etapa do cronograma do

860 processo de renovação da outorga de direito de uso de recursos hídricos do Sistema Cantareira, e que os entes do sistema (Comitês PCJ e Alto Tietê, Sabesp e IGAM), poderiam encaminhar

870



Ata da 17ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Extrema/MG, em 24/06/2016

875 considerações e eventuais atualizações das
propostas até o dia 30 de junho de 2016. Na
sequência, o Sr. Leo apresentou o cronograma
estabelecido, detalhando cada etapa. Após as
explanções, o Sr. Leo Urbano informou ser
880 prudente a análise da Deliberação dos Comitês PCJ
nº 234/15, de 12/08/2015, visando a revisão
perante os dados atualizados do documento "Dados
de Referência Acerca da Outorga do Sistema
Cantareira", e que sendo o GT-Renovação um
885 extrato da CT-PL, e tendo em vista o curto prazo
para manifestação dos Comitês PCJ, não existindo
tempo hábil para a convocação de uma reunião
extraordinária da CT-PL, a CT-PL em sua 64ª
Reunião Ordinária, realizada 06/05/16, no
município de Jundiaí/SP, delegou ao GT-
890 Renovação a elaboração de proposta com a
apresentação da "Minuta de Propostas sobre a
renovação da outorga do SISTEMA
CANTAREIRA, em 2016" dos Comitês PCJ
diretamente à apreciação dos Plenários. Após, o Sr.
895 Leo Urbano informou que o GT-Renovação
reunido em 04, 11, 19 e 25 de maio de 2016, em
Campinas/SP, aprovaram a manutenção das
propostas contidas no Anexo da Deliberação dos
Comitês PCJ nº 234/15, de 12/08/2015, acrescido
900 de justificativas e detalhamentos sobre os pleitos
feitos anteriormente. Na sequência, o Sr. Leo
Urbano abriu a palavra para os membros do GT-
Renovação, que através das manifestações dos Srs.
Alexandre Vilella, representante da FIESP; Paulo
905 Tinel, representante da ASSEMAE; Francisco
Lahóz, representante do Consórcio PCJ, que
enfatizaram a necessidade da segurança hídrica
para as Bacias PCJ, conforme inserida na proposta
apresentada. Na sequência, o Sr. Leo Urbano abriu
910 a palavra para os membros do Plenário, que através
das manifestações dos Srs. Francisco Chen,
representante da PM de Bragança Paulista;
Francisco Antonio Moschini, representante do
INEVAT; Alquermes Valvassori, representante da
915 PM de Limeira, manifestaram apoio à proposta
apresentada e demonstraram confiança ao trabalho
que foi desenvolvido. Após, o Dr. Rodrigo Sanches
Garcia, representante do GAEMA PCJ-Campinas,
solicitou a palavra e externou a necessidade de
920 apresentação por parte dos órgãos gestores de
estudos hidrológicos que insere a bacia incremental
do PCJ no volume a ser considerado na outorga do
Sistema Cantareira, realizando estudos para
inclusão também, do percentual correspondente a
925 bacia incremental do Alto Tietê, considerando para
isso todos os sistemas de interligação atualmente
existentes e que estão por ser finalizados, tal como

o Sistema Adutor São Lourenço e a garantia de
uma vazão ecológica mínima, bem como de
930 estudos para inserir o valor máximo de outorga da
transposição do rio Paraíba do Sul (5m³) para o
Sistema Cantareira no cálculo da renovação da
outorga do Sistema Cantareira, e a realização de
reunião técnica, entre a 5ª e 6ª etapas, com
935 participação dos órgãos gestores, no âmbito dos
Comitês PCJ, após a "divulgação da proposta guia
e minuta de resolução", visando prévia análise das
proposições, com o intuito de se buscar propostas
de consenso a serem apresentadas à sociedade por
940 ocasião das audiências públicas. Na sequência o
Sr. Leo Urbano, propôs que tais solicitações
fossem enviadas via ofício dos Comitês PCJ aos
órgãos gestores. Após, o Sr. Hélio Rubens
representante da SABESP solicitou a palavra e
945 apresentou documento intitulado "Documento de
Posicionamento da SABESP na 17ª Reunião
Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento,
acerca da Deliberação Dos Comitês PCJ, sobre a
Renovação da Outorga do Sistema Cantareira, em
950 aprovação na data de 24/06/2016", que seria
protocolado junto a Secretária Executiva dos
Comitês PCJ, e ressaltou os principais pontos do
documento: que a SABESP opera 22 municípios
das Bacias PCJ, sendo importante a quantidade e
955 qualidade dos recursos hídricos para operação
desses municípios; a Sabesp não é contra a
solicitação do pleito de vazões maiores que
atendam às demandas do PCJ; a SABESP entende
que tanto a população da bacia PCJ, quanto a
960 população da região metropolitana de São Paulo
têm o direito à segurança hídrica; quanto às vazões
pleiteadas, a SABESP propõe que sejam
garantidas, em pontos de monitoramentos já
existentes, as vazões mínimas necessárias para
965 atender às demandas do PCJ, obedecidas as
decisões dos órgãos gestores; defendem uma regra
de partição da vazão afluyente ao reservatório
equivalente entre as populações do PCJ e da região
metropolitana de São Paulo; defendem a retirada
970 de toda e qualquer condicionante ou exigência que
fuja ao objeto do termo de outorga pretendido;
defendem o pleito de uma outorga para o prazo de
trinta anos. Após as explanções o Sr. Leo Urbano
informou que seria necessário um ajuste na
975 redação Parágrafo Único do Art. 2º com a redação:
"Deverão os presidentes solicitar a inserção no
cronograma de renovação da outorga do Sistema
Cantareira, entre a 5ª e 6ª etapas, da realização de
reunião técnica com participação dos órgãos
980 gestores, no âmbito dos Comitês PCJ, em até 20
dias após a "divulgação da proposta guia e minuta



Ata da 17ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Extrema/MG, em 24/06/2016

de resolução”, visando prévia análise das proposições, com o intuito de se buscar propostas de consenso a serem apresentadas à sociedade por ocasião das audiências públicas”. Finalizadas as discussões o Sr. Leo Urbano colocou em votação a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 252/16, de 24/06//2016, que “Aprova manifestação sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira, em 2016, e dá outras providências”, com o ajuste na redação Parágrafo Único do Art. 2º, sendo aprovada com 2 votos contrários da SABESP; com as abstenções da Secretaria de Transportes; Secretaria de Agricultura e Abastecimento; da Secretaria de Energia e Secretaria da Fazenda. Na sequência colocou em votação o encaminhamento de Ofício do Presidente dos Comitês PCJ a Agência Nacional de Águas (ANA) e ao Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), com a inserção no cronograma de renovação da outorga do Sistema Cantareira, entre a 5ª e 6ª etapas, a realização de reunião técnica com participação dos órgãos gestores, no âmbito dos Comitês PCJ, em até 20 dias após a “divulgação da proposta guia e minuta de resolução”, visando prévia análise das proposições, com o intuito de se buscar propostas de consenso a serem apresentadas à sociedade por ocasião das audiências públicas; a inserção da bacia incremental do PCJ no volume a ser considerado na outorga do Sistema Cantareira, com a realização de estudos para inclusão também, do percentual correspondente a bacia incremental do Alto Tietê, considerando para isso todos os sistemas de interligação atualmente existentes e que estão por ser finalizados, tal como o Sistema Adutor São Lourenço; e a realização de estudos para inserir o valor máximo de outorga da transposição do rio Paraíba do Sul (5m³) para o Sistema Cantareira no cálculo da renovação da outorga do Sistema Cantareira, que foi aprovado por unanimidade. **4.6. Apreciação da indicação do representante dos Comitês PCJ no Conselho Estadual de Saneamento (CONESAN) – Biênio 2016/2018:** O Sr. Leo Urbano informou que o Conselho Estadual de Saneamento (CONESAN) foi instituído pela Lei Complementar nº 1.025, de 07 de dezembro de 2007, e regulamentado pelo Decreto nº 54.644, de 05 de agosto de 2009, sendo um órgão consultivo e deliberativo do estado de São Paulo, de nível estratégico, responsável pela definição e implementação da política estadual de saneamento básico no estado, sendo composto paritariamente por onze representantes do segmento órgãos do governo do Estado de São Paulo; onze

representantes do segmento Municípios e onze representantes do segmento Sociedade Civil. De acordo com os termos da Deliberação CONESAN nº 2, de 11/02/2016, que declarou aberto o processo eleitoral para renovação dos representantes dos municípios, e comunicou os procedimentos para a sua realização da eleição entre os prefeitos para CONESAN, onde o 11º agrupamento territorial estabelecido pelo CRH, refere-se ao grupo Piracicaba, Capivari e Jundiá e Sorocaba/Médio Tietê, que alternam as vagas de representantes titular e suplente; sendo que, neste mandato 2016/2018, cabendo aos prefeitos da região representada pelos Comitês PCJ a indicação do representante titular, fazendo-se assim necessária a eleição e a indicação de representante das Bacias PCJ. Após as explanações, o Sr. Leo Urbano informou que o processo de escolha foi realizado via e-mail, conforme termos do Ofício Comitê PCJ nº 100, de 08/03/16, Ofício Comitês PCJ nº 105, de 24/03/16 e do Ofício Comitês PCJ nº 112 de 11/04/16, com os 65 Prefeitos que compõem o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ), que elegeram para representar, como membro Titular do 11º agrupamento territorial no CONESAN, para o biênio 2016-2018, o Sr. Denis Eduardo Andia, Prefeito Municipal de Santa Bárbara d’Oeste/SP. Em 31 de maio de 2016, foi protocolado na Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, o Ofício nº 40/2016 –Gabinete, datado de 18 de maio de 2016, da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara d’Oeste/SP, onde o Prefeito Andia solicitou o afastamento do cargo, devido a desincompatibilização para as eleições municipais 2016. Diante do exposto, o Sr. Leo Urbano solicitou aos representantes dos municípios presentes na reunião que se manifestassem para a candidatura da vaga. O Sr. Clayton Machado, Prefeito Municipal de Valinhos, solicitou a palavra, e manifestou o interesse da candidatura do mesmo para a vaga suplente do 11º agrupamento territorial na CONESAN. E diante do fato de ser pré-candidato à reeleição do município de Valinhos, iria consultar o seu jurídico para uma posição sobre a ocupação desta vaga. Não havendo outros interessados e diante do exposto o Sr. Leo Urbano propôs que fosse realizada a eleição na presente reunião, para indicação de representante, como membro SUPLENTE do Décimo Primeiro Grupo (correspondente às bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e Tietê/Sorocaba) do Conselho Estadual de Saneamento (CONESAN), para o biênio 2013-2015, porem a indicação oficial

Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

Ata da 17ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Extrema/MG, em 24/06/2016

1090 só seria encaminhada à secretaria do CONSESAN,
após a manifestação do jurídico da PM de
Valinhos. Com a aprovação dos presentes, o Sr.
Leo Urbano iniciou o processo de votação cedendo
as instruções e cédula para votação. Após a
1095 apuração dos votos, o Sr. Clayton Machado,
Prefeito Municipal de Valinhos, foi eleito pelos
senhores prefeitos e demais representantes dos
municípios paulistas, participantes desta reunião,
para representar, como membro SUPLENTE do
1100 Décimo Primeiro Grupo (correspondente às bacias

dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e
Tietê/Sorocaba) do Conselho Estadual de
Saneamento (CONESAN), para o biênio 2013-
2015. Na sequência o Sr. Leo Urbano apresentou a
1105 minuta de deliberação, que deverá ser
encaminhada ao CONESAN, após manifestação do
jurídico da PM de Valinhos, que foi aprovada por
unanimidade. **5. Encerramento:** Nada mais
havendo a tratar, o Sr. Marco Antonio agradeceu a
1110 presença de todos e deu a reunião por encerrada.

**LEONILDO EDNILSON
URBANO**
Secretário-executivo
Comitês PCJ

JEFFERSON BENEDITO RENNÓ
Presidente do CBH-PJ e
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

**GABRIEL FERRATO DOS
SANTOS**
Presidente
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL